

tica

Ulysses quer coordenar emendas pessoalmente

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, informou ontem que vai coordenar, pessoalmente, o trabalho de análise das propostas de emenda popular apresentadas à Constituinte, antes de o substitutivo do relator Bernardo Cabral ser encaminhado ao plenário para votação.

"Eu não posso me eximir desse trabalho — disse Ulysses aos representantes da Fenaj e da Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações — e olharei com muito apreço para essas emendas populares." Ele explicou que, quando o substitutivo de Bernardo Cabral estiver pronto, o seu texto será debatido com todas as lideranças partidárias, para que haja um consenso prévio antes de a matéria ser submetida ao plenário.

Aos dirigentes do Movimento Pró - Participação Popular na Constituinte, recebidos logo em seguida no seu gabinete, Ulysses Guimarães afirmou: "Se depender de mim, a nova Constituição vai garantir forma permanente de participação popular, como existe na Itália e na Suíça". O referendo popular, nas votações de temas polêmicos, ou a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular, com um número considerável de assinaturas, foram as duas alternativas que ele anunciou que pretende introduzir na futura Constituição.

"O ideal democrático é que não houvesse representação, mas que o povo pudesse participar diretamente da elaboração das leis, resolvendo diretamente os seus problemas" — disse Ulysses, explicando, contudo, que isto seria muito difícil de alcançar no Brasil, em razão de suas vastas dimensões e do seu contingente populacional.



"Espetáculo inédito"

O grande número de propostas de emendas populares à Constituinte tem deixado Ulysses Guimarães eufórico.

"É um espetáculo inédito. Nunca uma Constituição brasileira foi feita com a participação de segmentos tão significativos da sociedade", disse ele ontem, ao receber mais três iniciativas, com um total de 228.958 assinaturas.

A Federação Nacional dos Jornalistas e a Federação Nacional dos Trabalhadores nas

Telecomunicações querem a manutenção do monopólio estatal nos serviços públicos de telecomunicações. Em outra proposta, foi pedida a criação do Estado de Tocantins, com o desmembramento de Goiás. Ulysses recebeu também proposta estabelecendo medidas para liberalizar o sistema cooperativista brasileiro, assegurando a liberdade de constituição das cooperativas e dando acesso aos incentivos fiscais do governo sobre iniciativas do setor.

Agora, a mediunidade está na Constituição

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Agora, até o direito de exercício da mediunidade com objetivo assistencial e espiritual poderá ser inscrito na futura Constituição, para que o tratamento e a cura de enfermidades psíquicas, espirituais e físicas sejam reconhecidos, desde que gratuitos. Pelo menos o primeiro passo nesse sentido foi dado ontem pela Comissão de Sistematização, que acolheu parecer favorável ao recebimento de emenda popular proposta por 144 entidades associativas e inscrita por 60.458 eleitores. A acolhida refere-se, por enquanto, aos aspectos formais da emenda, ficando a apreciação do mérito para ocasião oportuna.

Juntamente com essa emenda, a comissão recebeu outras oito, referentes a direitos da família, do menor e do idoso; educação, cultura e esportes; direitos do trabalhador; moradia; liberdade religiosa; ordem econômica e saúde pública. Foram ainda indeferidas cinco emendas, que não atendiam aos requisitos básicos, como número de assinaturas e indicação de entidades que as apóiam.

A emenda sobre o exercício da mediunidade é, até agora, a que conta com o maior número de entidades associativas que devem referendar tais sugestões: nada menos de 144. Com um único artigo, a emenda, em sua justificativa, afirma que "o homem já nasceu médium", embora os fenômenos que, por seu intermédio, se realizem surjam, às vezes, somente em determinados períodos da vida. Dentre os fenômenos que se manifestam por intermédio dessas pes-

soas, menciona a escrita (psicografia), fala (psicofonia), vidência, audição, pintura, cura ou tratamento.

No tocante à cura, explica que ela ocorre através da faculdade mediúnic, mas sempre com a participação dos espíritos, que realizam o tratamento (ou a cura), por intermédio do médium. Para esse fim, acrescenta, os espíritos "qualificam, combinam e direcionam os fluidos ou energias magnéticas (deles e do médium) e, em determinadas circunstâncias, também das pessoas que cercam o médium".

Garante ainda a justificativa da emenda popular que "o médium não cura, quem cura são os espíritos, que podem, por intermédio do médium, diagnosticar, recomendar e operar". Além disso, podem, com ou sem o concurso do médium, dirigir à pessoa necessitada as energias necessárias, que os espíritos chamam de fluidos. Trata-se do "passe".

Para que os resultados sejam satisfatórios, como diz a exposição de motivos, são necessárias três condições: 1 — necessidade e merecimento do enfermo; 2 — possibilidade do médium e do espírito; 3 — vontade conjugada dos três.

Emendas

Com 348.900 assinaturas, deu entrada na Comissão de Sistematização, também, emenda popular determinando que permaneça aberta por dispositivo constitucional a possibilidade de apresentação de emendas ao texto da Carta, desde que, como nas emendas populares à Constituinte, sejam inscritas por 30 mil pessoas.

Chega hoje emenda para salvar Senai

A Constituinte receberá formalmente hoje uma proposta de emenda popular contra a estatização das entidades de formação profissional administradas pela indústria (Senai) e pelo comércio (Senac). O documento tem 214 mil assinaturas, colhidas numa campanha de apenas dez dias no Estado de São Paulo. "Participaram técnicos, professores e funcionários administrativos", disse Walkíria Malatian, encarregada de levar a Brasília os 88 volumes com a proposta e as assinaturas. Ela destacou que o movimento recebeu o apoio de outras 400 mil pessoas, "muitas delas são alunos ainda sem idade para votar, mas conscientes de que, se o atual sistema de administração do Senai for alterado, poderá haver queda do nível de ensino proporcionado pela instituição".

A proposta popular contesta as disposições incluídas no anteprojeto da Comissão de Sistematização que proíbem a contribuição das indústrias e dos estabelecimentos comerciais ao Senai e ao Senac, incorporando os recursos ao Fundo Nacional de Seguridade Social. E sugere alterações no artigo 389 do anteprojeto, que passaria a ter a seguinte redação: "As empresas comerciais e industriais são obrigadas a manter, em cooperação, escolas de aprendizagem para menores e cursos de qualificação e aperfeiçoamento para seus trabalhadores".

Seus autores deixam claro que, sem os recursos financeiros garantidos pela atual legislação, Senai e Senac correm o risco de passar para o controle do Estado, que desconhece as verdadeiras necessidades do setor em relação à formação profissional. E isso prejudicaria milhões de brasileiros.

Afif acha que grupos vão acabar

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os constituintes que hoje se dividem em diversas facções — como o Grupo Moderado, o Centro Democrático e a Unidade Democrática — irão convergir para uma posição de consenso. Eles já concluíram que, se o texto constitucional for votado em clima de disputa, não se chegará a lugar algum. A previsão é do vice-líder do PL, Afif Domingos, também compartilhada pelo líder do PTB, Gastone Righi, e pelo deputado Ricardo Izar (PFL-SP).

"Os moderados de vários partidos já estão tentando diminuir as áreas de atrito", observa Afif Domingos. Para ele, o importante é a convergência em torno de 80% do projeto, para depois haver briga pelos 20%. "Um grupo que tenha apenas 120 votos tem um pé de sapato, porque a maioria é de 290 votos. Esse grupo, obrigatoriamente, terá de negociar com várias facções", analisa o ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo.

O grupo integrado por Afif defende "a liberdade de iniciativa como mola propulsora do desenvolvimento econômico e a justiça social como meta". O vice-líder do PL frisa ainda: "Queremos que a reforma agrária se processe de modo a preservar quem produz e não quem especula com terras. Queremos um Poder Judiciário agilizado, porque não existe liberdade e democracia sem uma justiça rápida, atuando em todas as áreas. Lutaremos pela flexibilização da legislação, para que cada estado possa legislar em matéria processual de acordo com suas realidades".

Ainda conforme a definição de Afif Domingos, "trata-se de um bloco suprapartidário, que terá maioria na Constituinte". Indagado se o grupo é conservador, o vice-líder do PL devolve a pergunta: "O que é conservador? O grupo pode ser muito progressista e ter propostas econômicas que visem à liberdade do cidadão frente ao Estado e ao mesmo tempo ser conservador e defender o interesse

ou o direito do nascituro desde a concepção. Defendemos os princípios cristãos de que não podemos atentar contra a vida, nem com a pena de morte nem com o aborto".

O líder do PTB, Gastone Righi, esclarece que não há a preocupação de montar "um bloco antiesquerda". Para o deputado petebista, "está-se dando muita conotação ideológica quando, na realidade, o grupo é totalmente pragmático". Esse grupo, diz Righi, parte de "um dado técnico e cartesiano: somente poderão prevalecer nesta Constituinte propostas que tenham respaldo da maioria da Assembléia, ou seja, 280 integrantes".

O que o grupo quer obter "é um conjunto majoritário e, dentro dele, estabelecer a negociação, impossível no plenário". Para isso, pretende reunir "gente que não tenha compromissos com os extremismos", porque "extremistas de direita ou de esquerda não querem Constituinte, querem o golpe, a revolução", diz Righi.

Blocos já são pelo menos nove

Liderado pelo deputado Euclides Scalco, mais um grupo foi formalizado ontem para atuar na Constituinte. São cerca de 20 parlamentares do PMDB, PT, PDT, PCB e PC do B, que pretendem chegar a um consenso sobre os pontos considerados polêmicos. Já conhecido como "grupo de esquerda", seus integrantes serão divididos em blocos de seis para debater questões específicas: Organização partidária, Forças Armadas, defesa do Estado, comunicações, subsolo, anistia e mandato presidencial. Entre seus principais expoentes estão os deputados José Genoíno, Brandão Monteiro, Osvaldo Lima Filho, Cristina Tavares, Lysânias Maciel e o senador Jamil Haddad. Além do "grupo de esquerda", há outros oito blocos parlamentares atuando na Constituinte.

bém chamado de "antiesquerda", defende a livre iniciativa e reúne parlamentares do PDMD, PDS, PTB e PL.

Consenso — representantes de vários partidos que analisam apenas os temas polêmicos do anteprojeto de Constituição para entregar emendas consensuais ao relator Bernardo Cabral.

Suprapartidário — conhecido também como "grupo dos 32", pretende enxugar a parte central do anteprojeto, deixando de lado os temas polêmicos e as disposições transitórias.

Centro Democrático — movimento formado pelos coordenadores de bancada do PMDB favoráveis à livre iniciativa e ao pensamento liberal.

Progressistas — reúne a ala mais à esquerda do PMDB e identi-

fica-se com o líder Mário Covas; alguns de seus integrantes também compõem com o "grupo de esquerda". São os xitas.

PFL moderno — grupo que se destaca no partido por divergir do líder José Lourenço e pregar o distanciamento do governo. Eventualmente acompanha as decisões do Centro Democrático na Constituinte.

PMDB do Ulysses — ficou famoso como o "grupo do poleiro"; reúne parlamentares, ministros e alguns governadores do PMDB fiéis à liderança do presidente do partido.

Bloco do Sarney — liderado por Carlos Sant'Anna, agrupa parlamentares dos diferentes grupos, dependendo da negociação do momento. Também chamado de "grupo do Diário Oficial", onde são publicadas as nomeações.

Unidade Democrática — tam-